

Planos de Cultura: desafios institucionais, políticos e metodológicos.

Profa. Dra. Eloise Dellagnelo (UFSC)
Prof. Dr. José Marcio Barros (PUC Minas/UEMG)
Profa. Dra. Rosimeri Carvalho (UFRGS)
Organizadores

Planos de Cultura integram o conjunto de componentes do Sistema Nacional de Cultura, tomado aqui como um novo paradigma e modelo para o desenvolvimento das políticas públicas de cultura, colocado em prática nos últimos anos no Brasil. De forma geral, o sistema e os planos, buscam criar as condições de institucionalidade para que as políticas públicas de cultura se transformem em políticas de Estado. Para tanto, alguns desafios se mostram centrais, o maior deles, o de respeitar os princípios constitucionais do federalismo brasileiro – que articula autonomia e divisão de competências entre os entes federados, e os princípios da democracia, que garantem a participação social. Instituídos, o primeiro pela Emenda Constitucional Nº 71, de 29/11/2012 e o segundo pela Lei 12.343, de 2/12/2010, integram a tentativa que realizam os diferentes níveis de governo para organizarem suas atuações no campo da cultura, por meio da articulação com a sociedade civil. Planos de Cultura resultam, simultaneamente, de processos de pactuação política e processos de racionalização da administração pública, em estreito diálogo com as demandas e diretrizes encaminhadas pelas conferências de cultura realizadas no país a partir de 2003. Como processo técnico e político, é permeado por alternativas metodológicas e políticas que, a despeito do modelo nacional a ser seguido, expressam a diversidade cultural, as diferenças dos padrões de gestão cultural e as disputas decorrentes de concepções distintas de atuação na área cultural. Parece-nos, portanto, fundamental que os Planos de Cultura, apesar de recentes, passem por análises contínuas e criteriosas capazes de oferecer aos interessados, reflexões que tornem nossa capacidade de intervenção e transformação da realidade, algo mais consciente e potente, na medida em que favoreçam o pensar sobre os diversos aspectos envolvidos no processo.

Este dossiê reúne um conjunto de textos que tanto desenvolvem abordagens conceituais, quanto análises críticas de processos e seus resultados parciais, relacionados à construção e institucionalização de planos de cultura nos três níveis de governança (nacional, estadual e municipal). Questões referentes ao federalismo no campo da cultura; às características institucionais, políticas e metodológicas dos processos e de

seus resultados; à participação e atuação dos diversos atores governamentais e não-governamentais na construção e acompanhamento de sua implementação; bem como, as lógicas e articulações entre planos e sistemas enquanto expressão política e instrumento de planejamento de políticas públicas, estão presentes no conjunto dos textos.

O texto que abre o Dossiê, intitulado, **O artista como trabalhador no Plano Nacional de Cultura**, José Márcio Barros, Liliane da Conceição Rosa da Silva e Lívia Mara Gomes Espírito Santo, discute os aspectos do Plano Nacional de Cultura dedicados ao artista como trabalhador e apontam dois aspectos principais, para os quais, no entanto, percebem fragilidade, uma vez que aparecem como aspectos secundários, frente a outros tomados como prioridades no plano.

Em seu trabalho intitulado, **Sobre a recursividade da cultura e suas ênfases no Plano Nacional de Cultura**, Clóvis Da Rolt, utilizando-se de George Yúdice como referência crítica, analisa os riscos e desafios da adoção do que chama de uma perspectiva polissignificativa da cultura no texto do Plano Nacional de Cultura, ao estabelecer relações com as esferas sociais, políticas, administrativas e econômicas.

Em **Desafios de Elaborar Um Plano Estadual da Cultura: Metodologia e experiências no Ceará 2012 -2013** as autoras Amanda Maria Lima Rodrigues, Aline Silva Lima, Camila Imaculada Silveira Lima, Patrícia Pereira Xavier, Renata Felipe Monteiro e Thayane Lopes de Oliveira, apresentam um interessante relato da experiência de construção do Plano de Cultura do Ceará e os desafios encontrados pela equipe que coordenou o processo.

Do lugar que se discute cultura: o Pará no Sistema Nacional de Cultura, de Eliana Bogéa, discute, a partir da perspectiva de De Certeau, e de uma reflexão sobre as políticas culturais brasileiras a partir de 2003, as especificidades de um estado amazônico no Sistema Nacional de Cultura. O artigo resgata uma discussão importante sobre os aspectos relacionados à diversidade na unidade que representa o SNC.

Fernanda Laís de Matos e Vânia Maria Andrade Brayner Rangel, em **Planos regionais de cultura no Nordeste**, trazem uma contribuição importante para os registros históricos dos processos de organização que aconteceram no campo da cultura nos últimos anos: um apanhado histórico do processo de elaboração dos planos territoriais de cultura do Nordeste. A partir da discussão sobre a identidade cultural nordestina é

colocada em discussão a necessidade de um plano regional específico para toda a região Nordeste.

Sophia Cardoso Rocha apresenta em seu trabalho intitulado **A elaboração do Plano Estadual de Cultura da Bahia** uma reflexão muito atenta a respeito de sua experiência no processo de sua construção no estado. No artigo, a autora resgata todo o processo de elaboração do documento, destacando sua longa trajetória envolvendo a participação da sociedade civil organizada no estado, o empenho da secretaria de estado e do Conselho Estadual de Cultura em todo processo. Bons aprendizados são destacados pela autora no trabalho.

Clenia De Mattia, em **A metodologia de elaboração dos Planos Estaduais de Cultura fomenta a coprodução do bem público?**, oferece uma importante análise, sob a ótica do conceito da coprodução do bem público, da metodologia do Projeto de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura, realizado por meio da parceria entre o Ministério da Cultura e a Universidade Federal de Santa Catarina.

Em **Os direitos culturais no Plano Nacional de Cultura** Giuliana Kauark faz uma reflexão importante a respeito da relação entre os direitos culturais com a temática dos direitos humanos e seu papel na construção de políticas culturais. Nestes termos, a autora busca compreender conceitualmente os direitos culturais e, na esfera local, identificar se um importante instrumento contemporâneo da política pública de cultura brasileira, o Plano Nacional de Cultura, está de acordo com esta conceituação.

Já no artigo, **Políticas culturais a longo prazo: estudo comparativo entre o Plano Nacional de Cultura do Brasil e da Colômbia**, Paula Felix dos Reis realiza um estudo comparativo entre os planos deste dois países, apontando similaridades e divergências, destacando o processo de formulação, a estrutura final dos planos e os conteúdos apresentados. Trata-se de uma contribuição importante para a compreensão dos esforços de institucionalização das políticas públicas de cultura nos dois contextos.

Por fim, o dossiê apresenta o trabalho **Política cultural, democracia e participação popular: o segmento livro, leitura e literatura na construção do Plano Municipal de Cultura de São Luís -MA** de Carlos Wellington Martins. No texto seu autor problematiza a participação dos representantes do segmento Livro, Leitura e Literatura, a partir das diretrizes do Plano Nacional do Livro e Leitura, na elaboração do Plano

Municipal de Cultura de São Luis - MA e enfatiza a necessidade de articulação dos agentes do segmento para a efetividade da participação e para a garantia de consideração com os aspectos culturais ligados ao livro e à leitura.

Esperamos que este conjunto de trabalhos, marcado pela diversidade de contextos e abordagens, contribua para o avanço do processo, oportunizando uma análise crítica que aponte futuros para as políticas de Estado no campo cultural.

Boa leitura a todos.